



MATERNIDADE, POLÍTICA E RESISTÊNCIA: REFLEXÕES SOBRE A CATEGORIA “MÃE DE VÍTIMA” E A SUBVERSÃO DA LÓGICA DO CUIDADO MATERNO

MOTHERHOOD, POLITICS, AND RESISTANCE: REFLECTIONS ON THE CATEGORY “VICTIM MOTHER” AND THE SUBVERSION OF THE LOGIC OF MATERNAL CARE

Resumo

Este trabalho foca nos coletivos de mães e familiares que lutam por justiça pelos seus filhos mortos ou desaparecidos em decorrência de violência estatal, originada em chacinas no Rio de Janeiro em diferentes momentos históricos. De modo particular, o artigo promove reflexões acerca da centralidade da categoria “mãe”, sua legitimação no espaço público e resistência desenvolvida por *mães pretas* e mulheres militantes centradas nos papéis de cuidar. Discorre-se sobre contribuições antropológicas que tensionam a associação do corpo feminino ao trabalho de maternar. Igualmente, analisa-se como essas mães mobilizam a maternidade interrompida, através de estratégias discursivas e afetivas para dar sentido à participação política. Para isso, o artigo combina percepções dos depoimentos do documentário “*Luto como Mãe*”, pensando metodologicamente o audiovisual como objeto e agente ativo da pesquisa, juntamente com experiências de trabalho de campo em contato com o discurso militante de seus coletivos. Evidencia-se como esses movimentos, ao subverterem a lógica do determinismo biológico, mobilizam a maternidade interrompida como uma ferramenta de legitimação política e resistência.

Palavras-chave: Mãe de vítima; Maternidade; Desaparecimento; Violência Estatal; Resistência.

Abstract

This paper focuses on collectives of mothers and family members who fight for justice for their children killed or disappeared due to state violence, stemming from massacres in Rio de Janeiro across different historical moments. In particular, the article promotes reflections on the centrality of the category “mother,” its legitimation in the public sphere, and the resistance developed by black mothers and militant women centered on caregiving roles. It discusses anthropological contributions that problematize the association of the female body with the work of mothering. Furthermore, it analyzes how these mothers mobilize the concept of “interrupted maternity” through discursive and affective strategies to give meaning to political participation. To this end, the article combines insights from the testimonies in the documentary “Luto como Mãe” (Mourning as a Mother), methodologically considering the audiovisual material as both an object and an active agent in the research, alongside fieldwork experiences in contact with the militant discourse of their collectives. It is evidenced how these movements, by subverting the logic of biological determinism, mobilize interrupted maternity as a tool for political legitimation and resistance.

Keywords: Mother of victim; Motherhood; Disappearance; State Violence; Resistance.

*Carolina Silva Nogueira

Recebido em: 30/05/2025

Aceito em: 27/09/2025

1. Introdução

¹ Refere-se aos policiais culpados por assassinar seu filho.

² Medida interna da polícia, ao matar e alegar legítima defesa pelo suspeito ter supostamente resistido à prisão.

³ Chacina que ocorreu na favela de Acari, em 1990, com o desaparecimento forçado de onze jovens.

⁴ Maior chacina da Baixada Fluminense, com o assassinato de 29 pessoas em 2005.

⁵ Assassinato de 4 jovens na saída da casa noturna Via Show, em 2003.

"Eu fui inspetora, eu fui perito, eu fui delegado...Eu fui tudo aquilo que a justiça não quis ser para mim. Tudo aquilo que não fizeram por direito que eu tinha. Eu fui uma mãe. Não sei se vou conseguir ver eles¹ na grade, mas talvez, se eu tivesse uma classe social boa, fosse branca, não fosse negra e não morasse na favela, já teriam respostas para mim".

A frase supracitada é dita por Márcia Jacinto, mãe de Henry, indignada com o assassinato de seu filho em 2002, por policiais que alegaram auto de resistência². É uma das falas mais marcantes do longa-metragem brasileiro "Luto como mãe", lançado em 2009 e dirigido por Luis Lomenha. O documentário profundamente comovente acompanha, entre 2004 e 2008, a trajetória de mães que transformaram sua dor em resistência diante da violência policial no Rio de Janeiro. Em particular, relata-se o luto e a luta de mães que tiveram seus filhos assassinados por policiais militares através da Chacina de Acari³, a Chacina da Baixada⁴ e a Chacina do Via Show⁵. A obra brilhantemente intercala depoimentos íntimos captados pelo diretor com registros audiovisuais produzidos pelas próprias mães, as quais receberam câmeras do cineasta. Assim, constrói-se uma narrativa coletiva que simultaneamente denuncia a impunidade e explicita a política de extermínio que marca a atuação policial no Estado. Além de demonstrar o luto e a perda dessas mulheres, a obra evidencia como elas se organizaram em movimentos sociais e em redes de solidariedade, articulando formas de memorar a história dos filhos e de reivindicar justiça. Vencedor do prêmio de melhor filme no Festival de Santa Cruz de La Sierra (2010), o longa se distingue não apenas por sua dimensão política e tom de denúncia, mas também pela forma participativa da sua produção, em que as mães revelam suas agências e protagonismos na construção da narrativa do documentário e em suas próprias lutas e análises sobre o Estado.

O enfoque do presente artigo será nos movimentos e coletivos de mães e familiares que se dedicam à luta pela justiça, verdade e memória de seus filhos mortos e/desaparecidos em decorrência de violência estatal, originados por chacinas ocorridas no Rio de Janeiro em diferentes momentos históricos. Retratadas no documentário, essas mulheres se fortalecem coletivamente ao elaborarem seus lutos e se inserem em lutas sociais pela responsabilização dos agentes violadores, além de buscar acolher, integrar e garantir direitos às mulheres negras, em especial às mães envolvidas.

Ao me familiarizar com estudos que tratam de movimentos de familiares de vítimas de violências, noto que a categoria "*mãe*" ganha protagonismo. Os exemplos são vários: Mães de Acari, Mães da Cinelândia, Coletivo Mães de Manguinhos, entre outros. Me chamou atenção como a frente desses movimentos é majoritariamente representada por mulheres, em especial mães, e, quase nunca pais ou irmãos. Esses movimentos são, em maioria, compostos por mães negras, pobres e em contexto de vulnerabilidade socioeconômica, particularmente, moradoras de favelas.

Ao analisar o documentário "Luto como mãe", percebe-se também como são sempre as mães as maiores culpadas pelo desaparecimento e/ou morte do filho, seja por terem o "abandonado", por terem "criado um filho que virou bandido", ou simplesmente, por não terem impedido esse trágico acontecimento. Essa responsabilização é percebida pelas próprias mães, e principalmente, pontuada pelos agentes estatais, familiares e pela sociedade. Tem-se aqui uma associação histórica e direta entre o ato de conceber um filho e o trabalho do cuidado. Ao mesmo tempo, a centralidade da figura materna e a categoria de "ser mãe" é acionada para endossar uma maior potência nessa militância.

A escolha metodológica de me debruçar etnograficamente sobre o documentário "Luto como mãe" parte do pressuposto de que o cinema, seja ficção ou documentário, carrega sentidos e produz realidades. Ao refletir sobre o cinema para além de um modo de produção etnográfica, Silva (2015; 2023) nos convida a pensar o audiovisual como objeto e agente ativo da pesquisa. Portanto, o filme se revela como uma prática que, assim como a etnografia, inventa mundos possíveis e articula relações de sentido entre sujeitos e coletivos. Essa perspectiva exige uma etnografia que se mobilize com o caráter performático e político do audiovisual, capaz de apreender não apenas imagens e narrativas que representam, mas também os efeitos sociais e a ação política que ele engendra. Ao fabricar imagens em que a "realidade" confere verdade e potência aos eventos narrados, "Luto como Mãe" produz sentidos e mobilizações,

⁶ SILVA, Marcos Aurélio da. Cinema, Antropologia e a construção de mundos possíveis: o caso dos festivais de cinema da diversidade sexual. *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, v. 2, p. 17-40, 2015.

evocando sentimentos, possibilitando elaborações e repercussões nas arenas públicas e nas lutas por reparação.

Tomar “Luto como mãe” como objeto investigativo implica, portanto, em apostar na multissensorialidade⁶. A experiência cinematográfica transcende o visual e o auditivo e capta nuances do corpo, da emoção, dos gestos e dos olhares, traços que não se traduzem facilmente na textualização. Ao entrelaçar formas de organização política, fortalecimento de redes, cenas com olhos marejados, vozes embargadas e memórias encenadas, o documentário revela não apenas a dimensão íntima do luto nos casos de violência estatal, mas também a potência dessas mulheres que seguem em busca de justiça, na maioria das vezes sem o apoio do Estado. Igualmente, o documentário evidencia as estratégias de visibilização e publicização das denúncias, como registros e manifestações criadas e sustentadas pelas próprias mães, alinhados com outras tecnologias e estratégias políticas de resistência que tornam possível a circulação pública das suas narrativas. Foi através dessa insistente produção de sentidos e mobilizações que, por exemplo, a Corte Interamericana de Direitos Humanos condenou o Estado brasileiro pelo Caso Acari em novembro de 2024.

Ao privilegiar a experiência sensorial e as formas de elaboração política do luto, proponho uma etnografia que dialogue com o audiovisual como agente de denúncia e de construção de memória coletiva e de possíveis mundos dentro do universo das lutas por justiça. O audiovisual “Luto como Mãe”, dirigido por Luis Lomenha, foi concebido inicialmente como um registro dos processos de luta e luto vivenciados pelas mães⁷, ao mesmo tempo em que elucida a violência estatal e a ausência de amparo institucional diante da busca por justiça. Além disso, o documentário motivou o último lançamento do diretor “Os Quatro da Candelária”⁸, minissérie da Netflix lançada em 2024, que combina realismo, fantasia e sonho ao ressignificar histórias invisibilizadas de sobreviventes da Chacina da Candelária⁹ e possibilitar a imaginação de outros futuros possíveis. A minissérie se baseia, principalmente, no desejo das mães de ver e pensar sobre seus filhos para além de uma memória trágica.

De modo geral, este trabalho tem como propósito estimular o debate e levantar reflexões, sem a pretensão de chegar a conclusões fechadas sobre o tema. Nesse ínterim, busco contribuir com reflexões acerca da centralidade das mães nesses movimentos e como essas mães utilizam do espaço materno para agência política. De modo particular, pretende-se articular percepções sobre os testemunhos dessas mães, a partir do documentário citado e de pesquisas exploratórias de campo em contato com o discurso militante desses coletivos. Em um primeiro momento, retomo brevemente o debate teórico em torno da dicotomia natureza e cultura na disciplina, com ênfase na perspectiva construcionista em torno da categoria de gênero, em especial da mulher e da maternidade. Busco situar essas reflexões pensando como o “instinto materno” é construído socialmente e atravessado por relações de poder, raça e classe. Em seguida, adentro mais profundamente o material empírico, combinando relatos colhidos no documentário “Luto como Mãe” e observações em diálogo com os discursos das mães. Focalizo nas gramáticas discursivas e corporais dos afetos e estratégias de autoridade moral, de visibilidade e de resistências mobilizadas por esses coletivos. Por fim, evidencio-se como esses movimentos, ao subverterem a lógica do determinismo biológico, mobilizam a maternidade interrompida como uma ferramenta de legitimação política, resistência e luta contra o racismo.

2. A maternidade enquanto função social do corpo feminino

“Se me contassem tal história, eu ia dizer que é mentira, que ninguém vive isso... Mas eu vivo isso na minha carne, eu sei, e eu não encontro palavras para me dizer o que que é isso na minha vida, como minha vida se transformou a partir desse desaparecimento [...] eu quando jovem, eu sonhava um tanto de coisa, mas, principalmente em ter meus filhos [...] e aí eu engravidei jovem, não tinha experiência nenhuma, mas eu briguei, porque minha mãe achava que tinha que abortar, mas eu não fiz o aborto. Minha mãe achava que eu tinha que dar a criança e eu não dei. Eu criei. Eu criei toda uma história, toda uma expectativa e aí vem alguém e tira isso tudo...”¹⁰.

O relato escrito acima, expressado com a voz embargada por Marilene¹¹, mãe de Rosana, visivelmente comovida, manifesta tanto o desejo cultivado por ela desde jovem de ter um filho, quanto seu sofrimento inexplicável ao perdê-lo. A narrativa é comum dentro do con-

⁷ Entrevista: Caminhos na UC | Episódio #60 - Conversa com Luis Lomenha (Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=q7IZJf4Zvww> Último acesso em: 20 de outubro de 2025).

⁸ “Os Quatro da Candelária” é uma minissérie brasileira da Netflix que retrata as 36 horas que antecederam a tragédia da Chacina da Candelária, ocorrida em 1993 no Rio de Janeiro. A série foca nas histórias de quatro personagens fictícios inspirados em sobreviventes, mostrando a infância, os sonhos e a resiliência desses jovens em situação de rua antes do massacre.

⁹ A Chacina da Candelária ocorreu na noite de 23 de julho de 1993, próximo à Igreja da Candelária, localizada no centro do Rio de Janeiro. Neste crime, oito jovens que dormiam em frente à igreja foram assassinados por policiais. Várias das outras setenta pessoas que dormiam nas ruas da região ficaram feridas com os disparos. Dentre indiciados, julgados e culpados, todos os responsáveis encontram-se atualmente em liberdade ou liberdade condicional. Ver mais em: https://wikifavelas.com.br/index.php/Chacina_da_Candel%C3%A1ria_-_23_de_julho_de_1993 (Último acesso: 20 de outubro de 2025).

¹⁰ LUTO COMO MÃE. Direção de Luis Lomenha. Rio de Janeiro: Jabuti Filmes, 2009. 1 documentário (70 min.). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=6G_7-kwrxRQ Acesso em: 6 jul. 2024.

¹¹ Marilene foi uma das principais líderes do grupo "Mães de Acari", falecida em 2012, devido a um tumor.

¹² VIANNA, Adriana. Políticas da Morte e seus fantasmas. *Le Monde Diplomatique Brasil*. Ed.140, 2019.

¹³ SOUZA, Giulia Escuri de. "Nossos filhos têm mães!": as agências das mães e familiares de vítimas de violência do Estado na Baixada Fluminense. 2021.130 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2021.

¹⁴ MESTRE, Simone de Oliveira; SOUZA, Érica Renata de. "Maternidade guerreira": responsabilização, cuidado e culpa das mães de jovens encarcerados. *Revista Estudos Feministas*, v. 29, p. e70109, 2021.

¹⁵ Mead (1969); Ortner (1974); Gonzalez (1984); Butler (1990).

¹⁶ SARTI, C. 2010. Corpo e doença no trânsito dos saberes. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 25 (74), pp. 77-90.

¹⁷ OYEÛMí, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. In: HOLLANDA H.B. (Org.) *Pensamento Feminista: Perspectivas Decoloniais*, Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2020.

¹⁸ Corrêa (1982); Fonseca (2004); Scott (2011).

texto de mães de vítimas de violência estatal. Esses testemunhos demonstram como a perda de um filho é uma dor vivenciada de maneira única por uma mãe, articulando dores físicas com pressentimentos e emoções, superando a maternidade enquanto apenas metáfora. A impossibilidade de processar completamente o luto nesses casos está relacionado com um presente e um futuro imaginado abruptamente rompido, expandindo-se, assim, para contextos mais amplos e transgeracionais. Esse cotidiano atravessado pelo avesso é constatado nos testemunhos dessas mães¹².

Para refletir sobre esse discurso, é necessário considerar o modo como as emoções operam em nossa sociedade, na medida em que se entrelaçam às relações de poder e às práticas culturais e morais¹³. Ao perceber as emoções enquanto discursos em contexto, Lutz (1990) disserta sobre uma faceta das emoções que é associada ao recorte do gênero feminino, enfatizando a importância de contextualizar esses estudos, admitindo suas imersões em valores culturais e relações sociais. A autora apresenta pesquisas sobre emoções realizadas na sociobiologia que determinaram a noção sobre o papel reprodutivo e definição geral do que é ser mulher no ocidente. Para ilustrar, essas pesquisas buscavam comprovar que o gênero feminino poderia compreender melhor as necessidades demandadas por crianças através de uma suposta maior aptidão das mulheres para ler as expressões faciais e emoções infantis. Ao atribuírem determinadas qualidades que definem o emocional feminino, também conceituam o que é ser mulher. Esses estudos baseados em narrativas culturais criam e reverberam avaliações de gênero baseadas na noção reprodutiva feminina, e, concomitante a isso, naturalizam o mito do amor materno.

Nesse contexto, o imaginário coletivo projeta sobre o corpo feminino a figura de uma mulher que anseia e ama incondicionalmente um filho, criando um padrão hegemônico do que se espera dessa mulher. Ela deve viver em prol de sua função materna no interior da família nuclear, na qual qualquer tipo de desvio é percebido como problemático. Essa construção social da maternidade é compreendida como uma instituição que impõe às mulheres uma tríade de cuidado, responsabilização e culpa¹⁴. A partir dessa lógica, espera-se que a figura materna se dedique integralmente aos filhos, o que se traduz em sacrifícios pessoais para militar incansavelmente pela justiça de seu filho, pensando nas maternidades exploradas no texto. A mãe é constantemente vigiada, julgada e responsabilizada, sob o risco de ser vista como uma "má mãe", seja pela ocorrência da morte/desaparecimento do filho em si ou por "abandonar" a luta por reivindicações de justiça. Essa dinâmica evidencia como o imaginário social produz uma sobrecarga emocional que ultrapassa o cuidado em si, enquadrando a maternidade em um espaço de constante vigilância. Esse suposto "instinto materno" reverbera no nosso cotidiano, seja na atribuição de tarefas e na divisão sexual do trabalho, ou na construção de discursos militantes de movimentos sociais que lutam pelos seus filhos assassinados. Para melhor compreender como os papéis de gênero moldam identidades, comportamentos, poder e políticas, uma breve contextualização teórica sobre o tema se faz necessária.

A dicotomia entre natureza e cultura constitui um tema clássico na antropologia, permanecendo central nas discussões contemporâneas sobre gênero. Nesse cenário, diversas autoras tensionam essa separação, questionamento pressupostos dados como "naturais" e problematizando concepções universalizantes sobre corpo, sexo e papéis culturais¹⁵. Esse movimento tece importantes reflexões sobre teorias da diferença, a construção social do corpo feminino e assimetrias de poder que atravessam as relações de gênero e de raça. Somam-se a esse enquadramento, autoras como Badinter (1985), Strathern (1995) e Donath (2017) que integram essa discussão ao questionarem a ideia de instinto materno natural, destacando que a maternidade é uma relação socialmente adquirida como qualquer outra, inserida em normas culturais e familiares. Sendo o corpo constitutivamente inscrito em um sistema simbólico, a realidade possui significados que são atribuídos coletivamente¹⁶. O debate mencionado rompe com a ideia do "amor incondicional" atribuído à figura materna, evidenciando que a natureza é moldada pelas relações e significados sociais atribuídos a ela.

Dito isso, gênero pode ser entendido como uma categoria socialmente construída, na qual os papéis sociais não resultam de uma predisposição natural ou biológica, mas de relações sociais e de poder. É evidente, portanto, que outras configurações familiares existam e funções sociais esperadas se modifiquem conforme a comunidade observada, razão pelo qual o paradigma da família nuclear ocidental não pode ser tratado como padrão neutro¹⁷. No Brasil, as categorias de família, gênero e raça são construídas e contestadas historicamente através de complexas interações sociais, políticas e culturais, muitas vezes marcadas por desigualdades e lutas por reconhecimento. Diversos estudos nas Ciências Sociais e Humanas

já se debruçaram sobre a construção e contestação das categorias família, gênero e raça no contexto brasileiro¹⁸, elucidando como que essas categorias se associam com o colonialismo e são manuseadas para manter ou desafiar hierarquias sociais.

De acordo com Fonseca (2004), a concepção de família no Brasil não é homogênea. Em camadas mais elitizadas, a família nuclear conjugal tornou-se a norma hegemônica nas últimas décadas, e qualquer desvio é frequentemente visto como problemático. Essa família nuclear ideal é na maioria das vezes imaginada como um arranjo generificado, heterossexual e cisgênero em que a mulher está vinculada ao trabalho doméstico e ao cuidado, e o homem ao papel de provedor. Assim, ainda que seja interessante descrever a conformação dessa família nuclear ideal, é preciso situar essa definição como um referente construído e não como uma representação homogênea da experiência de família. Um entendimento mais profundo da construção desses papéis no imaginário coletivo brasileiro e seus efeitos é fundamental para pensar o que constitui maternidades e famílias ideais e desviantes da norma.

¹⁸ COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. Tradução de Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

No caso brasileiro, como aponta Lélia Gonzalez (2020), esse modelo é atravessado por processos históricos de colonização e escravidão que moldaram a divisão sexual e racial do trabalho, impactando diretamente na forma como certas maternidades e famílias são vistas como legítimas ou desviantes da expectativa branca. Compreendendo o “modelo nuclear” como um campo em disputa, ao pensar no que é considerado uma “família ideal”, Marcelin (1996) demonstra que não existe uma única forma de família brasileira. Ao discutir sobre a invenção da família afro-americana, o autor amplia o debate para as relações raciais, contextualizando como as famílias negras foram percebidas enquanto desestruturadas frente ao ideal normativo de família. O autor explora como teorias raciais e classistas moldaram políticas públicas que definiram quais arranjos seriam legitimados ou não. Assim como Marcelin (1996) nos convida a enxergar a indissociabilidade entre pensar família e pensar o Estado, Gonzalez (2020) chama atenção para a articulação entre o racismo e o sexismo como dimensões inseparáveis.

Essa leitura permite compreender que a hegemonia da família nuclear branca, heterossexual e cisgênero se sustenta pela ocultação da centralidade da mulher negra. Pensar gênero e família nesse contexto exige reconhecer o entrelaçamento das dimensões raciais, de classe e sexuais que constituem a sociedade brasileira, bem como as formas de agência e resistência que emergem a partir delas. Collins (2019), ao desenvolver uma análise feminista e negra, enfatiza a centralidade das mulheres negras nas famílias afro-americanas e as estratégias e resistências construídas diante de contextos que as subalternizam. Para refletir sobre os movimentos de mães abordados neste trabalho, adota-se um olhar interseccional sobre os marcadores sociais das diferenças, entendendo como as relações sociais são influenciadas pelas relações de poder¹⁹.

Essa perspectiva é fulcral para compreender como a figura materna na sociedade ocidental, historicamente responsabilizada pelo cuidado, age em cenários atravessados por opressões sexistas, racistas e desigualdades socioeconômicas e como isso reverbera em suas atuações coletivas. Como ressaltam Gonzalez (2020) e Sueli Carneiro (2011), o racismo e o sexismo são determinantes na produção de violências específicas sobre a mulher negra, cuja função social tem sido marcada pela hipersexualização, a exploração do trabalho doméstico e a negação de sua própria maternidade. Assim, articular essas narrativas e vivências a partir de uma perspectiva interseccional que reconheça o entrelaçamento de classe, raça e gênero destaca tanto as desigualdades enfrentadas quanto às formas de resistência e agência que emergem do cotidiano dessas mulheres negras. Em sua luta pela sobrevivência e reconhecimento, essas mulheres também reinventam seus vínculos familiares e desafiam a norma hegemônica.

Em adição a isso, Fábio Araújo (2007) disserta sobre o preconceito de classe e a estigmatização das favelas, as quais são percebidas como ambientes que dialogam com o mal e o impuro, sendo relacionadas a sujeira, perigo, desordem, e ameaças à cidade. A discriminação social e a representação negativa das favelas e dos favelados presentes no imaginário coletivo se tornam um dos maiores obstáculos enfrentados pelas mães em suas lutas, sendo retratadas como alheias à cidadania. Sendo jovens negros os principais alvos do racismo do Estado e produção de sujeito incriminado, na qual suas mortes ou desaparecimentos são amplamente desejados, criar filhos em territórios muitas vezes ocupados por grupos de extermínio e pela ação violenta da polícia é um desafio para muitas mulheres²⁰.

²⁰ SOUZA, Giulia Escuri de. “Nossos filhos têm mães!”: as agências das mães e familiares de vítimas de violência do Estado na Baixada Fluminense. 2021.130 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2021.

Como a maioria das mães aqui citadas são mulheres negras, analisa-se os efeitos

²¹ BAIROS, Luiza. Lembrando Lélia Gonzalez 1935-1994. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 23, 2000.

²² GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo-afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (orgs.). Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

²³ Compreende-se o conceito de epistemicídio como um processo sistemático de produção da indigência cultural, desqualificando e controlando a capacidade de aprender e qualquer reconhecimento de conhecimento atribuído a corpos negros (Carneiro, 2005).

²⁴ CARNEIRO, Sueli. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005; MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

particulares dessa conjuntura. Gonzalez (2020) atribui principalmente às mulheres negras os efeitos do racismo, o qual define a mulher negra a partir de três aspectos: mulata, doméstica e mãe preta²¹. Dessa forma, simbolicamente, cabe ainda mais a essa mulher negra que materna cuidar da casa e da família, ao mesmo tempo em que seus filhos e maridos são vítimas de violência, perseguição policial e alvos externos²². Para a autora, figuras como a "mulata", a "doméstica" e a "mãe preta" não são apenas representações sociais imaginárias, mas categorias que demonstram a maneira como a sociedade brasileira enxerga a posição social da mulher negra, naturalizando sua subordinação e ocultando sua racionalidade racista.

No imaginário social ocidental, é comum vermos associações de mulheres negras a sujeitas "mais fortes", "mais resilientes" e "mais adequadas" ao serviço doméstico e ao ambiente privado, e conseqüentemente, menos "merecedoras" de um amparo estatal em termos de justiça. Estamos inseridas em sistemas contemporâneos de necropolíticas que desvalorizam determinadas vidas. Em adição à estrutura de violência excedente que determinada quais corpos merecem ou não viver, tem-se, além da morte, as tecnologias do *necropoder* que visam a inutilização dos sujeitos, a mutilação de suas produtividades e criatividade, os epistemicídios²³ e o extermínio de qualquer potência de corpos marginalizados²⁴. A estrutura, marcada pelo colonialismo, busca desqualificar a influência dessas mulheres e simultaneamente deslegitimar suas lutas, além de perpetuar a discriminação racial no Brasil.

Por conseguinte, ao tratar como natural ao feminino o ato de maternar, cabe socialmente às mães aqui estudadas zelar por seus filhos a vida toda. Apresenta-se, inicialmente, uma certa contradição, pois às mães caberia o luto pelos filhos, e não necessariamente a luta por justiça diante da violência. No entanto, conforme assistido no documentário, as mães só possuem seus direitos minimamente assegurados mediante muita insistência e batalha constante pelo andamento dos seus processos judiciais. O imperativo da luta aparece após uma tragédia fruto de políticas de extermínio e da ausência de qualquer amparo estatal, tornando esse luto público e político.

Todavia, é interessante pensar que, embora entendido que a natureza não está dada e que ela se faz e desfaz a partir das relações e significações atribuídas a ela, é justamente desse lugar, dessa "dor da perda vem do útero", e do acionamento desses laços primordiais que as mães dos movimentos de familiares vítimas de violência reivindicam seus direitos e concretizam sua legitimidade política e resistência.

3. Agência política

"Ou eu ficava chorando dentro de casa ou eu largava tudo e caía no mundo, como eu fiz". "Eu acho que isso é um dever nosso. Nós somos mães e precisamos procurar nossos filhos". Essas frases são ditas por Marilene (14:02) e Vera Lúcia (9:36), respectivamente, mães de vítimas desaparecidas no Caso Acari, no documentário "Luto como mãe". A partir do testemunho dessas mães, busco refletir sobre como elas mobilizam essa maternidade interrompida através de gramáticas discursivas e linguagens corporais dos afetos²⁵, para dar sentido à participação na luta e na ação política.

Em diálogo com Veena Das (2007), a partir de um evento extraordinário e abrupto, como no caso aqui o assassinato e/ou desaparecimento dos filhos, essas mães têm suas vidas rompidas e viradas do avesso repentinamente. Suas rotinas são atravessadas por esses acontecimentos e reorganizam suas noções de tempo e expectativas. A experiência do sofrimento é expandida quando se analisa a responsabilização atribuída às mães, vítimas de avaliações morais de figuras de autoridade e dos próprios familiares. Letícia Ferreira (2020), ao etnografar a administração de casos de desaparecimento de pessoas em duas repartições públicas no Rio de Janeiro, relata o escrutínio moral e a culpabilização a que as famílias de desaparecidos são submetidas pelos agentes estatais. Ao revisitar o documentário aqui debatido, isso é explícito quando Marilene afirma:

"Eu acho que... quando desaparece, quando matam e desaparecem com o corpo, eu acho que condenam a família... sabe, uma condenação que eu nem sei se eu mereço porque é uma busca que me colocaram que acabou comigo... Eu emocionalmente não sou ninguém".

²⁵ VIANNA, Adriana; FARIAS, Juliana. A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 37, p. 79-116, 2016.

A partir desse contexto de dor, luta e perdas, a própria sobrevivência dessas mulheres por si só já é um ato revolucionário. Collins (2019) chama atenção ao afirmar que o ativismo de mulheres negras não está presente apenas nos movimentos políticos, mas também nas formas menos visíveis de fortalecimento individual e coletivo, como na própria sobrevivência cotidiana, ao enfrentar diariamente uma opressão multifacetada. Negar esse tipo de agência seria ignorar uma história permeada por lutas e resistências, na qual essas mulheres têm sido protagonistas devido à memória cultural ancestral²⁶. Nessa conjuntura, algumas dessas mães já foram assassinadas e várias vivem com medo, recebendo constantemente ameaças de morte, como visto no documentário.

Para pensar a centralidade da figura materna nos movimentos de reivindicação por justiça, trago uma experiência observada em um evento acadêmico das Ciências Sociais no ano de 2024, na qual tive a oportunidade de escutar três mães e lideranças políticas de movimentos de resistência contra a violência policial estatal no Rio de Janeiro. O ambiente estava arrumado com fotos e pôsteres dos filhos assassinados, acompanhados de pedidos por justiça. Todas as mães e suas companheiras vestiam camisas estampadas com os rostos dos filhos. Alana, Claudia e Fernanda²⁷ lutam pela justiça de seus filhos há mais de 10 anos. Demonstrando vulnerabilidade, tristeza e força, as mães articulavam seus discursos em torno de suas constantes lutas em busca da verdade e indignações em relação ao falho sistema de justiça. No decorrer do evento, um momento específico chamou a minha atenção: quando Claudia se apresentou e contou sua história, teceu elogios ao marido, mencionando sua ajuda desde o ocorrido, ao apontar diretamente para ele no meio da sala cheia. O homem estava no meio dos estudantes, com os olhos marejados, igualmente vestido com camiseta com o rosto do filho. Era o único pai presente. No final do simpósio, as militantes comentaram brevemente sobre outros poucos pais que tinham protagonismo nos movimentos do Rio de Janeiro, lembrando-os com admiração. Esse episódio me direciona novamente para o questionamento que instigou a construção deste trabalho: por que sempre mães?

Para refletir sobre esse tema, consideramos a dimensão simbólica presente na categoria “mães de vítimas da violência”, arraigada na cultura judaico-cristã e baseada na ideia de vínculos mais profundos entre mães e filhos. Nesse cenário, a maternidade é vista como valor supremo enquanto a mãe é atrelada a suportar tudo em detrimento dos filhos. Essa estrutura corrobora para que o sofrimento seja mais intensamente vivido pelas mães (e não pais, por exemplo). Por isso, as mães são as figuras mais legitimadas para denunciar violações de direitos²⁸ e assim, mais presentes. Tendo em vista que as mães possuem uma maior visibilidade e legitimidade, a figura dos pais tende a ficar em segundo plano, mesmo os poucos que são engajados nas lutas. Sustentadas por argumentos que associam dores físicas a emoções, conforme observado, as mães articulam processos de luto e luta em coletivo.

Adriana Vianna (2019), ao acompanhar redes militantes de familiares de pessoas mortas por forças policiais, presencia um discurso que ultrapassa a representação simbólica da maternidade. Relatos arraigados de uma “dor no útero que não cessa, o cheiro de menstruação que acompanhou a mãe todo o dia antes de saber da morte do filho, a ligação espiritual que não se rompe porque a carne chama, o sangue puxa e a condição materna se faz perene”²⁹, unindo o corpo biológico, o espírito e as emoções, constrói-se uma narrativa política entre mortos e vivos que a administração estatal não consegue encerrar, fortalecendo o alcance político.

Dito isso, apesar das tentativas do feminismo ocidental de romper com o determinismo biológico, que mantém a maternidade e o trabalho do cuidado atrelados como algo natural às mulheres³⁰, os movimentos das mães subvertem essa lógica a partir do mesmo quadro, no qual a maternidade interrompida é uma “arma” para a legitimidade política. Através da singularidade da condição materna mobilizada pelas mães entrevistadas no documentário e nos movimentos sociais observados, percebe-se como a transformação da dor em “comprovação” de sofrimento é um elemento discursivo que confere autoridade moral para essas mães em atos públicos.

Nesse contexto, uma série de estratégias são aplicadas para esse reconhecimento, seja através de uma linguagem religiosa ou ancorada nos sentimentos³¹. Ao assistir o documentário “Luto como mãe”, o discurso proferido por essas mães reverbera no que Fábio Araújo (2008) chama de “tecnologias de protesto” e “tecnologias de defesa”. Essas tecnologias são desenvolvidas ao expor publicamente e dar visibilidade ao caso. É a partir dessa “morte inconclusa” que não permite aos familiares concluir o processo simbólico da morte através

²⁶ GONZALEZ, Lélia.

Por um feminismo-afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (orgs.). Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

²⁷ Nomes fictícios foram criados para preservar a identidade dos interlocutores.

²⁸ Leite apud Souza, 2021.

²⁹ VIANNA, Adriana. Políticas da Morte e seus fantasmas. *Le Monde Diplomatique Brasil*. Ed.140, 2019, p.3.

³⁰ ARAÚJO, Fábio. Falta alguém na minha casa: desaparecimento, luto, maternidade e política. In: LIMA, Roberto Kant de. (org.) *Antropologia e Direitos Humanos V. Brasília*, Booklink, pp. 166-225, 2008.

³¹ *Ibidem*.

de rituais fúnebres, como nos casos de ausência dos corpos, que os movimentos de mães encontram forças políticas para continuar. Um processo semelhante acontece com as mães de filhos assassinados por policiais, na qual tem-se a ausência de responsabilização pelos homicídios. A ruptura da morte é a força motriz desse ativismo.

O "*corpo-mãe*" e a categoria "*mãe de vítima*" possuem validação em diversos contextos políticos. Vianna e Farias (2016) mapeiam algumas estratégias utilizadas por essas mães para obter ratificação dentro desses espaços. Tais técnicas podem ser observadas nos discursos marcantes que buscam sensibilizar o público: a capacidade das interlocutoras de transitarem entre falas na primeira pessoa (sobre seu caso específico) e falas em nome dos coletivos, saber dosar o grau de emoção em suas falas (para não atrapalhar o tom da denúncia), construir percepções de si mesmas enquanto pessoas que merecem ser ouvidas, ajustar narrativas com linguagens morais e emotivas, entre outras táticas exploradas por essas mães.

Vemos como as mães citadas também ativam essas habilidades na produção audiovisual analisada. Para ilustrar, remeto-me à cena do documentário, na qual podemos acompanhar os momentos das reuniões de organização política e sociabilidade das Mães de Acari, envolvidos em emoções e informações técnicas, articulando sentidos emocionais e políticos. Essas estratégias permitem que essas mulheres narrem suas dores em memória de seus filhos. A experiência sustentada no documentário converge com minhas observações pessoais ao lembrar o evento comentado. Na ocasião, Alana tenta exprimir como que compartilhar sua história e ter uma rede de apoio formada por outras mães que vivem situações similares a fortalece:

"A bala atinge toda uma família, vizinhos, amigos [...] percorre toda uma comunidade [...] a bala não atinge só a pessoa que morre".

"Enquanto eu viver e conseguir apresentar cada vez mais e continuar escrevendo a história dele, eu vou [...] A gente carrega muita dor e muito amor pelos nossos filhos, se fosse só dor já teríamos sucumbido [...] Esse amor que nos dá força e faz com que a gente compartilhe com tantas pessoas [...]".

A comoção e a gestão do sofrimento são elementos centrais no ativismo das mães³². Nota-se, ainda, a importância do senso de comunidade para o processo de luto e luta dessas mulheres, ao criarem uma *comunidade emocional*³³. Esse conjunto de estratégias preenchem diversos espaços, oportunizando a criação de uma rede de solidariedade, que aumenta a visibilidade do tema, fator essencial para o andamento dos casos judicialmente, como notado no documentário. Aqui, o sujeito se torna emocional e político, encontrando conforto nesse grupo através da reconstrução da sua identidade e da sua composição política, mediante uma dinâmica de compartilhamento de afetos, conversas e até mesmo remédios e acompanhamentos em consultas médicas³⁴. O grupo partilha de rituais de conforto e de demonstrações de cuidado mútuo entrelaçadas com histórias dolorosas e choros, os quais impulsionam cada vez mais as lutas. Como pode ser observado, a comunidade cria laços de identidade e afinidade que transcendem os vínculos de parentesco consanguíneo, sem, contudo, desvincular a centralidade da maternidade³⁵.

As mães também se articulam a partir de uma unidade de identificação engendrada por uma dor "que só mãe entende", expressa pela impossibilidade de comunicar plenamente o sofrimento³⁶, que ratifica seu *status* de autoridade moral e de domínio sobre a pauta em atos públicos, utilizando dessa dor como artefato político legitimado. Ao assumir seu local de luta e se colocar como sujeito, Alana confronta a lógica de objetificação de mulheres negras e expõe que as atribuições de "discurso emocional" sobre sua denúncia não diminuem sua racionalidade, mas ao contrário, tornam a razão mais concreta e sensível às experiências vividas. Trata-se, nas palavras de González (2020), de uma *outra razão*, na qual emoção, subjetividade e reflexão crítica se articulam para fortalecer a ação política e a resistência, revelando o acionamento da experiência emocional e da vulnerabilidade enquanto ferramentas de poder, de solidariedade e de reorganização da vida social frente às opressões históricas.

Outro ponto chave no discurso materno e militante retratado no documentário é a articulação precisa entre os casos particulares e os casos semelhantes de violência policial. Aqui, trata-se o caso específico não como uma exceção e sim como a regra, saindo do particular e partindo para o coletivo. A des-singularização do caso, tornando-o um dos casos possíveis entre uma realidade, é essencial para a repercussão pública de uma denúncia³⁷. Construindo

³² LAGO, Natália Bouças do. Nem mãezinha, nem mãezona. Mães, familiares e ativismo nos arredores da prisão. Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro), n. 36, p. 231-254, 2020.

³³ SOUZA, Giulia Escuri de. "Nossos filhos têm mães!": as agências das mães e familiares de vítimas de violência do Estado na Baixada Fluminense. 2021.130 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2021.

³⁴ ARAÚJO, Fábio. Das "técnicas" de fazer desaparecer corpos. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2014.

³⁵ LAGO, Natália Bouças do. Nem mãezinha, nem mãezona. Mães, familiares e ativismo nos arredores da prisão. Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro), n. 36, p. 231-254, 2020.

³⁶ Ibidem.

³⁷ Boltanski apud Araújo, 2008; Boltanski apud Vianna e Farias, 2016.

uma identidade coletiva que transita de maneira legítima em espaços públicos, a maternidade enquanto “natureza inerente” desloca-se de um lugar de submissão para empoderamento, resistência e autonomia. Ademais, ao ocupar espaços de juridicidade essas mães ressignificam a noção simbólica atribuída ao corpo materno ao longo da história ocidental³⁸.

Nesse ínterim, retomo a categoria de *mãe preta* de Lélia Gonzalez (2020), a qual mostra-se fundamental para a construção da cultura brasileira e formação de valores identitários. Cabe elucidar o agenciamento desenvolvido por essas mães pretas e mulheres militantes centradas nos papéis de cuidar, as quais não são submissas e dedicadas aos brancos como pintadas pela branquitude. Para exemplificar, destaco aqui a frase que Celeste, militante e mãe de vítima, gritou na frente da instituição onde seu filho foi morto: *“É essa filha da puta negra, pobre, moradora da comunidade (...) que vai botar vocês na cadeia”*³⁹.

4. Considerações finais

O texto apresentado oferece subsídios para entender as múltiplas experiências em torno da maternidade, a qual não deve ser universalizada como um destino natural ou um fenômeno homogêneo, e sim compreendida como um campo em disputas atravessado por ambiguidades, sofrimentos e formas de agência⁴⁰. Profundamente marcada por violências de gênero, raça e classe, as maternidades mencionadas dão origem aos movimentos de mães de vítimas e constroem uma agência materna por meio de estratégias coletivas e individuais de resistência. Esses movimentos politizam a dor e o sofrimento, evidenciando a negritude como um marcador central nas experiências de criminalização e de lutas por justiça no Brasil.

O presente artigo observa a luta por justiça a partir da vivência dos coletivos de mães e familiares de vítimas de violência, o qual só se torna possível a partir da corajosa partilha de suas histórias por parte das mães em questão. Sem a generosidade dessas mulheres ao compartilharem suas sofisticadas análises políticas sobre o Estado e seus conhecimentos profundos sobre suas lutas, esse trabalho (e muitos outros) não existiriam. Portanto, reitera-se a nota de Alana, proferida no evento de Ciências Sociais frequentado:

“que nossos conhecimentos não se limitem a esfera acadêmica, transcendendo assim para colaborar também com iniciativas populares e políticas públicas que busquem auxiliar psicologicamente e financeiramente essas mães, além de somar a luta militante dessas mulheres”.

Dito isso, destaco que objeto de estudo deste artigo é o Estado. Tendo em vista a visão de Gonzalez (2020) em relação a transformação social a partir das mulheres negras, enfatiza-se o apoio principal na luta contra a violência do aniquilamento, no intuito de assegurar e reconhecer a participação ativa no agenciamento das condições de vida para si mesmas e para o grupo relacionado. Estratégias essas que se articulam “apesar (e partir) das ambiguidades e limitações de identidades fundadas em atributos externos impostos pelo olhar dominador”⁴¹ atravessadas pelo genocídio e epistemicídio. Em consonância, Gonzalez (2020) conclama que mulheres negras e indígenas são testemunhos vivos da potencialidade de suas resistências frente à exclusão que legitima sua inferioridade. Nesse ínterim, embora na maioria desses casos os policiais sejam absolvidos ou não sejam considerados culpados⁴², a condição de mãe, alinhada a diversas estratégias desenvolvidas por elas, é um fator determinante para a agência política na busca da resolução desses conflitos.

A maternidade, nesses casos, é transformada em um lugar de dor e, ao mesmo tempo, de potência política, capaz de mobilizar redes de solidariedade, denunciar o racismo e enfrentar a violência estatal. Movimentos como as Mães de Acari, as Mães da Cinelândia e o Coletivo Mães de Manguinhos, ilustram esse processo, mostrando como a vivência da maternidade pode ser ressignificada em luta coletiva, em que a dor individual se transforma em força política e reivindicação por justiça. Ações protagonizadas por essas mães reclamam a condição de humanidade aos seus filhos, contestando a construção do negro enquanto “inimigo do Estado” e corpo a ser eliminado. Ao desafiar e ressignificar essas “imagens de controle”⁴³ impostas às mulheres negras, no meio de técnicas de luto e de luta, as mães aqui apresentadas demonstram que a dor e o corpo materno são, em si, profundamente políticos.

³⁸ ARAÚJO, Fábio. Falta alguém na minha casa: desaparecimento, luto, maternidade e política. In: LIMA, Roberto Kant de. (org.) Antropologia e Direitos Humanos V. Brasília, Booklink, pp. 166-225, 2008.

³⁹ VIANNA, Adriana; FARIAS, Juliana. A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. Cadernos Pagu, Campinas, SP, n. 37, p. 79-116, 2016.

⁴⁰ MESTRE, Simone de Oliveira; SOUZA, Érica Renata de. “Maternidade guerreira”: responsabilização, cuidado e culpa das mães de jovens encarcerados. Revista Estudos Feministas, v. 29, p. e70109, 2021.

⁴¹ WERNECK, J. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), [S. l.], v. 1, n. 1, p. 07-17, 2010.

⁴² VIANNA, Adriana; FARIAS, Juliana. A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. Cadernos Pagu, Campinas, SP, n. 37, p. 79-116, 2016.

⁴³ COLLINS, Patricia Hill. Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019 [1990].

Notas

*Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/UFRJ). Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília (UnB). E-mail: carolinanogueira1999@gmail.com.

Referências

ARAÚJO, Fábio. **Do luto à luta: a experiência das Mães de Acari**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Sociologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro. 2007.

_____. Falta alguém na minha casa: desaparecimento, luto, maternidade e política. In: LIMA, Roberto Kant de. (org.) **Antropologia e Direitos Humanos V**. Brasília, Booklink, pp. 166-225, 2008.

_____. **Das "técnicas" de fazer desaparecer corpos**. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2014.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Trad. de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BAIRROS, Luiza. **Lembrando Lélia Gonzalez 1935-1994**. Afro-Ásia, Salvador, n. 23, 2000. DOI: 10.9771/aa.v0i23.20990. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20990>. Acesso em: 7 jul. 2024.

BUTLER, Judith. Sujeitos do sexo/gênero/desejo. In: **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 [1990]. p. 17-60.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019 [1990].

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

CORREA, M. Repensando a família patriarcal brasileira. In: CORREA, M. et al. (Org.). **Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982. p.15-42.

DAS, Veena. **Life and words: violence and the descent into the ordinary**. Berkeley: University of California Press, 2007.

DONATH, Orna. **Mães arrependidas: uma outra visão da maternidade**. Trad. de Marina Vargas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

FERREIRA, L. C. DE M. Notas sobre a rotina: tempo, sofrimento e banalidade do poder na gestão de casos de pessoas desaparecidas no Rio de Janeiro. **Antropolítica - Revista Contemporânea de Antropologia**, n. 47, 27 jan. 2020.

FONSECA, Cláudia. **Família, Fofoca e Honra: Etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares**. Porto Alegre, Ed. UFRGS, 2004.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**. ANPOCS, p. 223-244, 1984.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo-afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (orgs.). Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

LAGO, Natália Bouças do. Nem mãezinha, nem mãezona. Mães, familiares e ativismo nos arredores da prisão. **Sexualidad, Salud y Sociedad** (Rio de Janeiro), n. 36, p. 231-254, 2020.

LUTO COMO MÃE. Direção de Luis Lomenha. Rio de Janeiro: Jabuti Filmes, 2009. 1 documentário (70 min.). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=6G_7-kwrxRQ Acesso em: 6 jul. 2024.

LUTZ, Catherine. "Engendered Emotion: gender, power and the rethoric of emotional control in American discourse". In: ABU-LUGHOD, Lila; LUTZ, Catherine (Eds.), **Language and the Politics of Emotion**. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 69 – 91. 1990.

MARCELIN, Louis Herns. **A invenção da família afro-americana: família, parentesco e domesticidade entre os negros do Recôncavo da Bahia, Brasil**. 1996. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MEAD, Margaret. 1969 [1935]. **Sexo e temperamento**. São Paulo: Perspectiva.

MESTRE, Simone de Oliveira; SOUZA, Érica Renata de. "Maternidade guerreira": responsabilização, cuidado e culpa das mães de jovens encarcerados. **Revista Estudos Feministas**, v. 29, p. e70109, 2021.

ORTNER, Sherry B. Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura? In: ROSALDO, Michelle Zimbalist; LAMPHERE, Louise (orgs.). **A mulher, a cultura, a sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979 [1974]. p. 95-120.

OYEÛMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. In: HOLLANDA H.B. (Org.) **Pensamento Feminista: Perspectivas Decoloniais**, Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2020.

SARTI, C. 2010. Corpo e doença no trânsito dos saberes. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 25 (74), pp. 77-90.

SCOTT, Parry. **Famílias brasileiras: poderes, desigualdades e solidariedades**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011. 235 p.

SILVA, Marcos Aurélio da. Por uma Antropologia do Cinema: performance, gênero e territorialidades políticas do contemporâneo. **Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste**, v. 10, n. 22, p. 157-178, jan./abr. 2023. ISSN 2358-5587.

SILVA, Marcos Aurélio da. Cinema, Antropologia e a construção de mundos possíveis: o caso dos festivais de cinema da diversidade sexual. **Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste**, v. 2, p. 17-40, 2015. DOI: 10.48074/aceno.v2i3.2538.

SOUZA, Giulia Ecuri de. **"Nossos filhos têm mães"! : as agências das mães e familiares de vítimas de violência do Estado na Baixada Fluminense**. 2021.130 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2021.

STRATHERN, Marilyn. Necessidade de Pais Necessidade de Mães. **Revista Estudos Feministas**, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 303, 1995. DOI: 10.1590/%x. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16443>. Acesso em: 12 jul. 2024.

VIANNA, Adriana. Políticas da Morte e seus fantasmas. **Le Monde Diplomatique Brasil**. Ed.140, 2019.

VIANNA, Adriana; FARIAS, Juliana. A guerra das mes: dor e política em situações de violência

institucional. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 37, p. 79–116, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8645008>. Acesso em: 6 jul. 2024.

WERNECK, J. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 07–17, 2010. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/303>. Acesso em: 7 jul. 2024.